

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO FENÔMENO PARTICIPATIVO
EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO

Fgv
99
Vinc

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCOLA
BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RENATO CESAR MÖLLER

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO FENÔMENO PARTICIPATIVO
EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR
RENATO CESAR MÖLLER

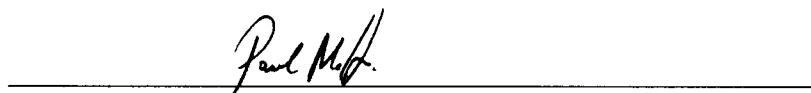
E

APROVADA EM 09/01/96

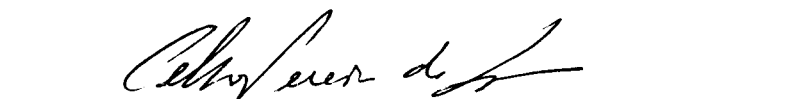
PELA COMISSÃO EXAMINADORA



PROF. PAULO EMILIO MATOS MARTINS (orientador)
Mestre em Administração Pública



PROF. PAULO ROBERTO DE MENDONÇA MOTTA
Doutor em Administração Pública



PROF. CELSO PEREIRA DE SÁ
Doutor em Psicologia

RESUMO

O presente trabalho, tomando como referencial a teoria das representações sociais, propõe-se a esboçar, a partir dos resultados de uma pesquisa empírica realizada junto a uma amostra privilegiada de servidores públicos, o campo comunicacional pelos quais se define o lugar da participação no contexto da administração pública do Estado.

No âmbito teórico destacou-se a relação entre representação social e comportamento, conferindo uma maior ênfase na análise das propriedades estruturais da representação através da identificação de seu núcleo central e de seu sistema periférico associado.

Os resultados indicam que, longe de estimular práticas corporativas, a adoção de formas participativas de gestão pode contribuir para a construção de um modelo de administração pública que responda aos requisitos de eficiência, eficácia e efetividade.

ABSTRACT

The theory of social representation underlines this paper. It is based on the results of empirical research associated with a selected sample of civil servants. It aims at outlining the communication area through which the location for participation in the context of public administration of the state is defined.

In the theoretical realm, the relation between social representation and behavior is highlighted, with major emphasis on the analysis of structural properties of the representation, through the identification of its core and of its associated peripheric systems as well.

The results show that, far from stimulating corporative practices, the use of participative management forms may contribute to the construction of a public administration model wich accomplishes the requirements of efficiency, efficacy and effctiveness.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Funções positivas da participação por dimensões específicas
- Quadro 2 - Características do Sistema Central e do Sistema Periférico de uma representação
- Quadro 3 - Distribuição dos sujeitos, segundo órgão de origem e vinculação administrativa
- Quadro 4 - Distribuição dos sujeitos, segundo o sexo
- Quadro 5 - Distribuição dos sujeitos, segundo a faixa etária
- Quadro 6 - Distribuição dos sujeitos, segundo a forma de ingresso no serviço público
- Quadro 7 - Distribuição dos sujeitos, segundo o exercício atual de cargo em comissão ou função de confiança
- Quadro 8 - Distribuição dos sujeitos, segundo a natureza predominante do cargo atualmente ocupado
- Quadro 9 - Distribuição dos sujeitos segundo o exercício, atual ou anterior, de função gerencial
- Quadro 10 - Distribuição dos sujeitos, segundo o tempo de serviço na esfera pública estadual
- Quadro 11 - Frequência e ordem média de evocação das categorias submetidas a análise
- Quadro 12 - Levantamento dos possíveis elementos constituintes do núcleo central
- Quadro 13 - Resultados da prova binomial para a confirmação das hipóteses de centralidade (H_1) dos elementos da representação
- Quadro 14 - Funções positivas preenchidas pela participação destacadas pelos sujeitos
- Quadro 15 - Distribuição dos sujeitos segundo o grau de participação considerado como o mais adequado para garantir resultados positivos para a organização

SUMÁRIO

Resumo.....	I
Abstract.....	II
Lista de Quadros.....	III
INTRODUÇÃO.....	1
CAP. 1 - HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DA PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL BRASILEIRO	5
CAP. 2 - O REFERENCIAL TEÓRICO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	22
2.1. As representações coletivas, segundo E. Durkheim	25
2.2. As representações sociais, segundo S. Moscovici.....	31
2.3. Processos constitutivos e estrutura das representações sociais	39
CAP. 3 - A PESQUISA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO FENÔMENO PARTICIPATIVO EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	46
3.1. Sujeitos.....	46
3.2. O levantamento dos possíveis elementos constituintes do núcleo central	53
3.3. A identificação do núcleo central	61
3.4. As funções preenchidas pela participação	70
3.5. Os graus de participação	72
CONCLUSÕES.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

INTRODUÇÃO

O consenso nacional atualmente observado em torno da necessidade de se assegurar ao cidadão uma maior influência nas decisões políticas tornou a presença do termo *participação* compulsória no vocabulário de uso corrente do homem público. Evocada em todas as dimensões da vida cotidiana, a idéia de participação encontra-se registrada até mesmo no texto constitucional, corporificada nos mecanismos de consulta e iniciativa popular – aprovados para vigorarem no nível nacional, estadual e municipal – os quais conferem ao cidadão o direito de atuar mais diretamente na produção de leis e na formulação de políticas governamentais.

No âmbito da administração pública, particularmente no que concerne à dimensão organizacional, a retórica oficial, não raras vezes, refere-se à gestão participativa como uma exigência básica para o alcance dos objetivos de excelência dos serviços orientados para a população. Paradoxalmente, o que se constata na prática é que pouco se tem feito para introduzir os mecanismos institucionais que possam viabilizar o maior acesso do servidor às esferas de decisão.

Não caberia aqui nos estendermos sobre as razões desta velada resistência a iniciativas de descentralização organizacional. A literatura administrativa tem dado o suficiente destaque a trabalhos que se ocupam de analisar, de modo consistente, o conjunto de fatores (políticos, culturais, entre outros) que concorrem para a concentração de poder nas organizações. Dirigiremos nossa atenção, tão-somente, a um argumento de caráter essencialmente técnico que, com frequência, se tem recorrido para justificar – indevidamente, como procuraremos demonstrar – posições reativas à adoção de práticas participativas na administração pública. Referimo-nos à preocupação de que a implementação de formas participativas de gestão venham a ampliar ainda mais a distância que, no país, separa o plano institucional das práticas sociais, uma vez que os interesses organizacionais passariam, inevitavelmente, a ser identificados com os interesses particulares dos servidores ou da categoria profissional a que pertencessem, em prejuízo da população usuária dos serviços públicos.

O presente trabalho, concentrando-se na análise do setor público, tem como *objetivo geral*, portanto, aprofundar a discussão teórica e metodológica em torno da *participação na organização* através do estudo das representações sociais do fenômeno, compartilhadas por trabalhadores de diferentes organizações públicas do Rio de Janeiro.

Espera-se, desta forma, obter elementos necessários para esboçar o campo comunicacional que, no contexto organizacional, poderá vir a modelar eventuais condutas de natureza participativa a serem adotadas por profissionais da administração pública quando a situação assim requerer.

No âmbito teórico privilegiar-se-á, portanto, o estudo das relações entre representação social e comportamento, conferindo uma maior ênfase na análise das propriedades estruturais da representação através da identificação de seu núcleo central e de seu sistema periférico associado.

Nesse sentido, após uma formulação mais circunstanciada do problema, no Capítulo 1, seguida de uma explicação mais detalhada do referencial teórico adotado, no Capítulo 2, são apresentadas, no Capítulo 3, a metodologia empregada e os resultados alcançados na perseguição dos seguintes objetivos específicos:

a) Descrever as representações sociais dominantes no conjunto de trabalhadores considerados, construídas sobre o conceito de participação, analisado sob diferentes aspectos.

b) Delinear a estrutura das representações sociais dos grupos em estudo com base na identificação de seus "núcleos centrais" e "esquemas periféricos associados" (Flament, 1988).

Finalmente, são discutidos tais resultados e extraídas as conclusões pertinentes para uma melhor compreensão do fenômeno participativo, bem como evidenciados os subsídios que elas autorizam para uma intervenção sobre o problema proposto.

CAPÍTULO 1 - HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DA PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL BRASILEIRO

A experiência republicana brasileira tem revelado como uma de suas características mais marcantes o isolamento do Estado em relação à sociedade. A centralização do poder nas mãos do Estado não se fez acompanhar da preservação dos poderes locais; e o desejável controle sobre o Executivo inviabilizou-se ante a inexistência de mecanismos de contrapeso capazes de equilibrar o poder nele concentrado.

Tais distorções criariam as condições ideais para o surgimento de uma elite tecnocrática que, livre dos instrumentos de controle popular, viria a decidir com ampla margem de autonomia sobre os assuntos sociais, operando num terreno onde, tradicionalmente, a fronteira que separa o interesse público do particular desloca-se facilmente ao sabor dos casuísmos.

Com as freqüentes violações do direito de cidadania - decorrência natural deste processo - mesmo os raros momentos de vinculação do processo cumulativo à equidade social se dariam num contexto autoritário, suscitando políticas *compensatórias*, sempre associadas - como observa Wanderley Guilherme dos Santos - a períodos de crise ou baixo desempenho econômicos. Seja como consequência de pressão das

massas, seja como resultado de movimento antecipatório, é neste contexto autoritário que a história registra, segundo o autor, alguns importantes avanços na legislação social:

“Marcante na evolução brasileira [...] é o fato de que os períodos em que se podem observar efetivos progressos na legislação social coincidem com a existência de governos autoritários. Os dois períodos notáveis da política social brasileira identificam-se, sem dúvida, ao governo revolucionário de Vargas e à década de pós-1966. Nesta conexão, a experiência brasileira se aproximaria da estratégia bismarckiana de tentar obter a aquiescência política do operariado industrial em troca do reconhecimento de alguns de seus direitos civis.” (Santos, 1987, p.89)

Não obstante o acentuado processo cumulativo registrado nestes dois períodos tenha - por força da necessidade de sustentação do poder instituído - dado origem a políticas redistributivas, impôs, por outro lado, graves retrocessos na ordem política vigente:

“[...] o preço político pago pela sociedade, em seu conjunto, foi, nos dois períodos, bastante elevado. No primeiro momento, caracterizou-se a relação entre o poder e o público pela extensão regulada da cidadania. Caracterizou-se o segundo pelo recesso da cidadania política, isto é, pelo não-reconhecimento do direito ou

capacidade da sociedade de governar-se a si própria.
(Santos, 1987, p.89)

A cidadania regulada e o *recesso cívico* – que resultaram por afastar o cidadão das esferas de decisão política, intensificando a concentração de poder – não foram, contudo, suficientes para impedir avanços sociais significativos em direção à restituição ao cidadão de seu direito soberano de participação política. Refletindo um dos fenômenos mais marcantes das democracias contemporâneas, a idéia de participação no país se fez sentir mais intensamente na década de 70 “enquanto propiciadora de um novo arranjo de interação entre Estado e sociedade” (Souza, 1987, p.44):

“Assim é que, começando pelas prefeituras conquistadas pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1978, passando pelos governos estaduais de oposição em 1982 e já se espraiando a nível federal com o advento da Nova República, a idéia de participação catalizou anseios de mudança da sociedade e do Estado brasileiro, não sendo mais cativa das forças sociais de oposição do período autoritário” (Souza, 1987, p. 44).

Por força desta nova orientação, a afirmação da necessidade de aproximar o cidadão das esferas de decisão - via participação - tornou-se, nos últimos tempos, peça de retórica assídua no discurso oficial.

Paradoxalmente, pouco se fazia no sentido de se introduzir os mecanismos institucionais que viabilizassem tal aproximação.

O hábito de conciliar uma retórica oficial progressista com práticas que em nada concorrem para sua efetiva concretização não constitui, como sustenta Paulo Emílio Martins, uma característica rara de nossa história política. Dos resultados alcançados pelo autor, a partir de extensa análise do discurso oficial brasileiro nas suas dimensões política, jurídica e econômico-social, ressaltam nitidamente duas inferências:

- “1- a retórica oficial pátria, ainda que muito mais progressista do que nossas práticas de vida social, é muito cuidadosa quando define o nível de participação do trabalho no processo decisório das organizações. Isto é, parece estar patente no nosso discurso (principalmente no constitucional) a nossa fé na subalternidade do trabalho em relação ao capital;
- 2- embora o discurso oficial brasileiro se evidencie mais moderno do que nossas práticas de vida, parece que, a tese formulada [...] do descompromisso de nossa retórica formal com a sua real concretização [...] pode ser considerada verdadeira.” (Martins, 1987, p.204)

Decorridos 100 anos de sua proclamação, a República pareceria saldar, finalmente, a sua dívida com a sociedade brasileira. A nova Constituição introduziria mecanismos de participação popular direta na

nova ordem político-jurídica, o que por muitos fora considerado um rompimento com a tradição autoritária da República Velha.

De fato, parece não haver dúvidas quanto à importância que tais mecanismos – referendo, plebiscito, iniciativa popular legislativa, entre outros – representam no esforço de consolidação democrática do país. Contudo, como salienta José Álvaro Moisés, resta saber se no quadro da cultura política brasileira a combinação entre democracia representativa e elementos da democracia direta tem condições de funcionar e de oferecer novas soluções políticas para o país. (Moisés, 1990)

Torna-se necessário, pois, o exame não apenas das intenções mas, sobretudo, das possibilidades concretas de viabilizar o uso destes canais de participação numa perspectiva autônoma e democrática.

No curso de sua exposição, Moisés alerta para as conseqüências da introdução destes mecanismos de participação sem uma simultânea preocupação com as mudanças necessárias no plano das instituições políticas:

“No caso brasileiro, se a intenção dos constituintes de 1988 foi a de articular a democracia representativa com as demandas societárias em direção à democracia direta, eles não atingiram inteiramente o seu objetivo. Ficaram no meio do caminho, para dizer o mínimo,

porque se é verdade que abriram um campo de possibilidades novas de participação popular nos negócios públicos, impediram, de outra parte, que essa participação pudesse atingir o núcleo das questões centrais que definem o sistema político do país como a constituição e a própria dinâmica da produção do direito pelos representantes eleitos. Na velha tradição conservadora de bloquear a reforma das instituições e das estruturas através da conciliação de interesses, eles aludiram ao tema soberania popular, mas não permitiram que se institucionalizassem completamente os instrumentos que tornariam efetiva a manifestação da vontade popular, algo que, como se sabe, pode se expressar contra os interesses dominantes.” (Moisés, 1990, p.92)

Se a pressão das mais variadas entidades e organizações civis por ocasião da Constituinte, unidas em apoio ao movimento de participação popular, resultaram por assegurar conquistas importantes no campo institucional – representadas, principalmente, pela introdução do referendo, do plebiscito e da iniciativa popular – o desafio que ora se coloca é o de implementar estes mecanismos, regulamentando o disposto no texto constitucional, de acordo com os princípios que inspiraram a introdução dos mesmos.

A discussão acima põe em pauta a necessidade de precisar o grau de abrangência destes instrumentos de participação, bem como os procedimentos a serem adotados visando sua aplicação.

No que diz respeito às espécies e ao objeto destes instrumentos, Maria Victoria Benevides levanta as seguintes questões de fundo:

- “• Devem existir consultas obrigatórias? E, em caso afirmativo, sobre quais temas?
- No caso de consultas facultativas, o resultado é meramente indicativo, ou deve existir algum compromisso vinculante?
- Independentemente de serem obrigatórias ou facultativas, consultivas ou vinculantes, que temas devem ser vedados à consulta popular?
- Qual o significado da exclusão de temas constitucionais?” (Benevides, 1991, p. 132)

Quanto ao procedimento, a autora destaca as seguintes questões:

- “• a especificação das competências para convocar (ou autorizar) plebiscitos e referendo;
- os prazos para convocação e implementação do processo;
- o número mínimo de assinaturas e o processo de coleta;
- a formulação da questão objeto da consulta popular: voto único ou proposta alternativa?;
- a campanha: a informação, os debates, o financiamento, o uso dos meios de comunicação de massa;
- a continuidade do processo e os meios de enfrentar o poder de bloqueio dos poderes constituídos.” (Benevides, 1991, p. 132)

Perpassando tais preocupações impõe-se uma questão fundamental, intrinsecamente ligada ao tema em tela: em que arena se travará a discussão das questões acima colocadas?

A atual constituição estabelece já no seu Artigo 1º - Parágrafo Único que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou *diretamente*, nos termos desta Constituição.” (grifo nosso). Incluso em tal formulação está a afirmação das limitações inerentes à democracia representativa no que concerne à garantia do exercício pleno, por parte da população, do seu direito de cidadania. Com efeito, a alusão às formas diretas de participação pressupõe o reconhecimento, por um lado, das distorções e lacunas a que o sistema representativo dá margem e, por outro lado, da necessidade de incluir na ordem jurídico-política os mecanismos capazes de corrigir e preencher respectivamente tais distorções e lacunas.

Segue-se daí que - senão por motivações democráticas ao menos por razões de coerência lógica - o debate em torno da regulamentação da participação popular direta não deve circunscrever-se ao âmbito do Poder Legislativo. De fato, a natureza falível do Legislativo, reconhecida no texto constitucional, associada às reações contrárias observadas quando

dos trabalhos na Constituinte - baseadas na argumentação de que o uso sistemático dos canais de participação direta enfraqueceria o princípio representativo - permitem predizer que o efetivo cumprimento do disposto no Parágrafo Único do Artigo 1º da Constituição não se fará a contento sem que a sociedade tome parte ativa nesta discussão, pavimentando os caminhos que possam assegurar ao cidadão exercer integralmente o seu direito soberano de participação nas decisões públicas.

Impõe-se aqui uma questão importante: o consenso nacional em torno da necessidade da participação da população no espaço público - respaldado no princípio da soberania popular - seria condição suficiente para garantir a ocupação efetiva deste espaço por parte do cidadão? Não indagamos aqui se a ampla aceitação dos ideais participativos bastaria, por si só, para deflagrar as iniciativas do Poder Legislativo voltadas para a regulamentação dos dispositivos constitucionais que concretizam estes ideais, nos termos esperados pela sociedade. O abismo que no país separa o plano institucional e o das práticas sociais torna, obviamente, indispensável a pressão popular sobre o Legislativo para este fim. O que, de fato, se interroga é se tais dispositivos, uma vez implementados, atenderiam aos propósitos para os quais foram criados, mobilizando a população a utilizar plena e eficazmente os recursos que oferecem.

Vários autores têm sustentado que o envolvimento produtivo do cidadão em decisões relacionadas a tarefas e desafios cotidianos, especialmente no local de trabalho, correlaciona-se positivamente com o desenvolvimento de um sentimento de *eficácia política* definido por Campbell *et alii* como o sentimento de que “a ação política do indivíduo tem, ou pode ter, um impacto sobre o processo político, ou seja, que vale a pena cumprir alguns deveres cívicos.” (Pateman, 1992, p.66).

Carole Pateman assinala que:

“De um modo geral, as recentes pesquisas sobre socialização política mostram que as teorias da democracia participativa caminham em solo firme ao declararem que o indivíduo, a partir de suas experiências com estruturas de autoridade não-governamentais, teria a tendência de ampliá-las à esfera mais ampla da política nacional.” (Pateman, 1992, p.68)

A autora elege o livro *The Civic Culture*, de Almond e Verba¹, como a fonte mais importante e interessante de evidência desta tendência e destaca na obra dos autores (p.271-272) argumentos que, apoiados em farto material empírico, definem estas estruturas de autoridade como

¹ ALMOND, G. A. & VERBA, S. *The Civic Culture*, Boston, Little Brown & Co., 1965.

uma variável fundamental para a compreensão do fenômeno participativo:

“se na maioria das situações sociais o indivíduo se acha subserviente a alguma figura de autoridade, é provável que ele espere uma relação de autoridade como essa na esfera política. Por outro lado, se fora da esfera política ele dispõe de oportunidades de participar de um amplo leque de decisões sociais, provavelmente esperará ser capaz de participar do mesmo modo das decisões políticas. Além disso, a participação na tomada de decisões não-políticas pode dar-lhe a destreza necessária para se engajar na participação política.”
(Pateman, 1992, p.68)

Não há como ignorar nas sociedades modernas a magnitude da influência da organização econômica formal na vida comunitária. Como observa Guerreiro Ramos (1989), nos dias de hoje o “mercado tende a transformar-se na força modeladora da sociedade como um todo, e o tipo peculiar de organização que corresponde às suas exigências assumiu o caráter de um paradigma para a organização da existência humana” (p.92). Tal evidência provavelmente fornece a explicação para as conclusões de Almond e Verba acerca do papel que ocupam as experiências participativas em local de trabalho no desenvolvimento da sensação de eficiência política. Para os autores a socialização na família e na escola não asseguram o treinamento adequado para a participação

política. Com base em um estudo intercultural de atitudes e comportamentos abrangendo cinco países, afirmam os autores que “A estrutura de autoridade no local de trabalho é provavelmente a mais significativa - e notória - estrutura esta com a qual o homem médio se encontra em contato diário” (Pateman, 1992, p.70).

Os argumentos acima apresentados nos autorizam a buscar no interior das organizações, através da análise das relações profissionais lá estabelecidas, elementos preditivos, ou ao menos indicativos, do comportamento social a ser adotado diante da regulamentação dos dispositivos constitucionais que abrem espaço para a participação do cidadão na esfera mais ampla da política nacional.

Antes, porém, de prosseguir, caberia perguntar se a natureza hierárquica e oligárquica das organizações forneceria as condições ideais para o “treinamento” em democracia. Como se sabe, a ampla aceitação do ideal participativo pela sociedade não parece tão claramente identificada nos limites mais estritos das organizações. Cumpre registrar, contudo, que as resistências à participação - tão freqüentemente denunciadas notadamente por trabalhadores situados em estratos funcionais inferiores - parecem voltar-se menos para a

participação enquanto princípio do que para o seu grau de intensidade ou para o nível em que será permitida.

Estas são, segundo Bordenave, questões-chaves colocadas pela participação num grupo ou organização. O autor distingue sete graus que a participação pode alcançar numa organização qualquer, os quais determinam o maior ou menor acesso ao controle das decisões pelos membros:

“O menor grau de participação é o de informação. Os dirigentes informam os membros da organização sobre as decisões já tomadas. [...] Em alguns casos, a reação dos membros às informações recebidas é tomada em conta pelos superiores, levando-os a reconsiderarem uma decisão inicial. Outras vezes, o direito de reação não é tolerado.” (Bordenave, 1983, p.31)

Seguem-se, em ordem ascendente, os graus de: *consulta facultativa*, *consulta obrigatória*, *elaboração/recomendação*, *co-gestão*, *delegação* e *autogestão*, esta última definida pelo autor como sendo:

“O grau mais alto de participação [...] na qual o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes, sem referência a uma autoridade externa. Na autogestão desaparece a diferença entre administradores e administrados, visto que nela ocorre a auto-administração.” (Bordenave, 1983, p.33)

No que diz respeito à importância das decisões onde a participação será permitida, o autor discrimina seis *níveis*, enumerados a partir do que apresenta o maior peso:

“Nível 1- Formulação da doutrina e da política da instituição.

Nível 2- Determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias.

Nível 3- Elaboração de planos, programas e projetos.

Nível 4- Alocação de recursos e administração de operações.

Nível 5- Execução das ações.

Nível 6- Avaliação dos resultados.” (Bordenave, 1983, p. 33-34)

A regulação do fenômeno participativo nas organizações pode ser evidenciada, ainda, a partir da identificação da função que a participação primordialmente preenche no ambiente em que é instituída. Paulo Motta distingue cinco funções positivas da participação, cada qual associada a uma dimensão específica (V. Quadro 1):

Quadro 1

Funções positivas da participação por dimensões específicas

<i>Dimensões</i>	<i>Função Positiva</i>	<i>Conceito Primordial</i>
ECONÔMICA	EFICIÊNCIA	Melhorar a eficiência e a eficácia da gerência, proporcionando melhor produção e produtividade
SOCIAL	DISTRIBUIÇÃO E SEGURANÇA	Melhorar a distribuição dos benefícios do trabalho entre aqueles que colaboram na obtenção dos resultados e aumentar a segurança social do emprego
POLÍTICA	DEMOCRATIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	Redistribuir o poder na organização, a fim de que seus membros tenham maior influência nas decisões sobre seu destino profissional e sobre o destino de sua organização
ORGANIZACIONAL	INTEGRAÇÃO	Aumentar a interação e o compartilhamento de valores visando a desenvolver a identificação, a lealdade e a aceitação de valores comuns
PSICOLÓGICA	AUTO-REALIZAÇÃO	Satisfazer aspirações individuais de iniciativa e criatividade e assegurar melhor integração e interação com o grupo organizacional de referência

Fonte: MOTTA, Paulo Roberto. *Gestão Contemporânea*. Rio de Janeiro: Record, 1991. p.176.

Decorre daí um conjunto de questões cruciais, cujo tratamento torna-se indispensável para o alcance dos objetivos desta dissertação, que, por razões de uma necessária delimitação do objeto de estudo, concentra sua análise sobre o setor público do Estado do Rio de Janeiro:

a) O consenso já aludido em torno do ideal da participação seria igualmente atingido quando do detalhamento das expectativas manifestadas pelos diversos sujeitos organizacionais envolvidos no que concerne ao grau de intensidade de tal participação?

b) Em que dimensões se assentariam os argumentos recorridos pelos diferentes sujeitos organizacionais para justificar a posição dos mesmos quanto à participação do trabalhador nas esferas de decisão?

c) Existiria no âmbito da administração pública do Estado condições favoráveis para a implantação de forma participativa de gestão?

De modo mais apropriado ao referencial teórico adotado neste trabalho, poder-se-ia resumir as indagações acima a uma única questão, mais abrangente: Qual a *representação social* (nos termos estabelecidos

por Moscovici, 1978, 1984, 1988) do fenômeno participativo compartilhada por membros de organizações públicas no Estado do Rio de Janeiro? Trata-se da questão que esta dissertação se propõe a aprofundar em articulação com as análises dos níveis em que se observa o fenômeno participativo e com especial ênfase à percepção das funções que se supõe possam dele decorrer.

CAPÍTULO 2 - O REFERENCIAL TEÓRICO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O conceito de racionalidade vem, há muito, se constituindo como referência obrigatória para a análise de políticas sociais e, por extensão, para o exame dos fenômenos de que se ocupa a administração pública. Recorre-se, mais particularmente, ao contraste que se estabelece entre as duas dimensões segundo as quais o termo é freqüentemente considerado: a *racionalidade substantiva*, que preside as ações administrativas marcadas pelo imperativo ético e pela observância às conseqüências sociais que induz; e a *racionalidade funcional*, que oferece suporte à prática administrativa moralmente neutra, orientada especificamente à conjugação de meios para se atingir uma determinada meta.

Guerreiro Ramos observa que a teoria corrente da administração adotou a racionalidade funcional como paradigma, elegendo o mercado como modelo de organização para a vida humana associada. Para o autor, a associação do conceito de racionalidade exclusivamente na sua acepção moderna, de sentido claramente instrumental, atendeu ao objetivo de tornar o estatuto das ciências sociais em geral, e da teoria da organização, em particular, compatíveis com a estrutura normativa de sociedades modernas, onde o mercado assume uma influência avassaladora. A ciência social moderna teria sido articulada “com o

propósito de liberar o mercado das peias que, através da história da humanidade e até o advento da revolução comercial e industrial, o mantiveram dentro de limites definidos” (Guerreiro Ramos, 1989, p. 22).

O autor alerta para as graves consequências da absorção do conceito de racionalidade no seu sentido moderno, estritamente funcional, pela teoria corrente da organização:

“Admitindo como legítima a ilimitada intrusão do sistema de mercado na vida humana, a teoria da organização atual é, portanto, teoricamente incapaz de oferecer diretrizes para a criação de espaços sociais em que indivíduos possam participar de relações pessoais verdadeiramente auto-gratificantes” (Guerreiro Ramos, 1989, p. 23).

A racionalidade no seu sentido antigo, concebida em termos substantivos, elege a psique humana como o lugar adequado à razão. Desta forma, como assinala Guerreiro Ramos,

“a psique humana deve ser considerada como a ponta de referência para a ordenação da vida social, tanto quanto para a conceituação da ciência social em geral, da qual o estudo sistemático da organização constitui domínio particular” (Guerreiro Ramos, 1989, p. 23).

Como se observa, a interpretação sociológica de Guerreiro Ramos apoia-se numa tipologia que destaca a oposição entre relações sociais governadas pela racionalidade substantiva e as presididas pela racionalidade funcional, cada qual alicerçando condutas em momentos históricos distintos.

Esta tendência de classificar as relações sociais a partir de duas categorias dicotômicas não é recente na história do pensamento ocidental, sendo já registrada em diversos textos da antigüidade clássica que exploravam o contraste entre “primitivo e civilizado” ou entre “rural e urbano”. Mas é particularmente em fins do século XVIII que ela passa a se integrar de modo mais marcante à teoria sociológica, como um recurso para interpretar a transição da sociedade feudal para a sociedade burguesa. A oposição entre “sociedade legítima” e a nova sociedade européia, explorada por Burke, ou entre “sociedade familiar” e “sociedade cívica”, assinalada por Hegel, são apenas alguns exemplos desta tendência de classificar as múltiplas formas de organização social em “tradicionais” ou “modernas”, que viria a ser retomada mais tarde por autores representantes de correntes intelectuais tão distintas quanto o foram Weber (através da dicotomia por ele estabelecida entre “comunidade e “sociedade”), Marx (por meio da oposição entre sociedade

capitalista e o que chamou de “formações pré-capitalistas”) e Durkheim, de quem nos ocuparemos mais detalhadamente na seção seguinte.

2.1. As representações coletivas, segundo E. Durkheim

A distinção entre um tipo “tradicional” e um tipo “moderno” de organização social representa o ponto de partida da teoria sociológica de Durkheim. Tal dicotomia expressa-se nos conceitos polares de “solidariedade mecânica” e “solidariedade orgânica” que, como observa Rodrigues (1993), consistem também em ponto de partida dos cursos ministrados por Durkheim em Bordeaux.

Solidariedade mecânica e solidariedade orgânica designam formas através das quais o indivíduo se integra à sociedade. O conceito de “consciência coletiva” impõe-se, aqui, como um elemento-chave para a caracterização destas duas modalidades extremas de “solidariedade social”:

“Existe em cada uma de nossas consciências [...] duas consciências: uma é comum com o nosso grupo inteiro e, por conseguinte, não somos nós mesmos, mas a sociedade inteira vivendo e agindo dentro de nós. A outra representa, ao contrário, o que temos de pessoal e distinto, o que faz de nós um indivíduo. A solidariedade

que deriva das semelhanças está em seu *maximum* quando a consciência coletiva recobre exatamente nossa consciência total e coincide em todos os pontos com ela [...]" (Durkheim, 1983a, p. 69).

Durkheim propõe chamar "mecânica" este tipo de solidariedade, onde a "consciência individual [...]" é uma simples dependência do tipo coletivo, que segue todos os seus movimentos" (Idem, ibidem).

Predomina a solidariedade mecânica nas sociedades "primitivas" onde a divisão do trabalho é pouco observada e, por conseguinte, onde valores e crenças socialmente compartilhadas assumem um papel relevante no esforço integrativo de seus membros.

A divisão do trabalho ao criar interdependências - derivadas da especialização e, portanto, da necessidade de recorrências mútuas - produz um novo tipo de solidariedade:

"É completamente diferente a solidariedade produzida pela divisão do trabalho. Enquanto a precedente implica que os indivíduos se assemelhem, esta supõe que difiram uns dos outros. A primeira só é possível na medida em que a personalidade individual é absorvida pela personalidade coletiva. A segunda é apenas possível se cada um tem uma esfera de ação que lhe é

própria, por conseguinte, uma personalidade” (Idem, p. 69-70).

A este tipo de solidariedade, própria das sociedades modernas, Durkheim propõe chamar “orgânica”.

O delineamento preciso das características de cada tipo de solidariedade social, convertendo-o em um engenhoso instrumento para a interpretação dos fenômenos sociais, constitui um dos fundamentos da teoria sociológica de Durkheim.

Os conceitos de solidariedade “mecânica” e “orgânica” integram uma escala evolutiva na qual os mesmos, em estados puros, definem os seus extremos. Sociedades “tradicionais” e “modernas” são, portanto, estudadas com recursos interpretativos comuns, permitindo que os fatos sociais das segundas possam ser explicados a partir do entendimento de como se apresentam nas primeiras. O recurso à observação histórica é, com efeito, mais do que uma alternativa metodológica, um requisito indispensável no processo de investigação que almeje a explicação de fenômenos sociais. O método “genético” de Durkheim sentencia que:

“para explicar uma instituição social pertencente a uma espécie determinada, serão comparadas as formas diferentes que ela apresenta não apenas entre os povos

desta espécie, mas em todas as espécies anteriores. Trata-se, por exemplo, da organização doméstica? Constituir-se-á, primeiramente, o tipo mais rudimentar que tenha jamais existido, para seguir depois passo a passo a maneira pela qual progressivamente se complicou” (Durkheim, 1966, p. 129).

O trecho acima - extraído de *As regras do método sociológico*, publicado por Durkheim em 1895 - guarda uma notável semelhança com o texto a seguir, selecionado de *As formas elementares da vida religiosa*, um dos últimos trabalhos do autor, publicado em 1912:

“Todas as vezes que se empreende explicar uma coisa humana, tomada em um momento determinado do tempo - quer se trate de uma crença religiosa, de uma regra moral, quer de um preceito jurídico -, é preciso começar por retroceder até a sua forma mais primitiva e mais simples, procurar dar conta dos caracteres pelos quais ela se define neste período de sua existência, depois mostrar como ela se desenvolveu e se complicou, pouco a pouco, como ela se tornou o que é no momento considerado” (Durkheim, 1983b, p. 207).

Dar conta dos caracteres que definem a vida coletiva de uma sociedade em um determinado momento de sua existência implica delinear tão precisamente quanto possível as *representações coletivas*

compartilhadas por seus membros, as quais nada mais são que as manifestações concretas da *consciência coletiva* de um grupamento social².

Mergulhar tão profundamente quanto possível em direção a organizações sociais primitivas para lá identificar a gênese dos fenômenos sociais contemporâneos, através do estudo das representações coletivas que têm espaço nestas organizações: eis aí a chave para a explicação sociológica dos fenômenos sociais. A aceitação deste preceito metodológico impõe, logicamente, a necessidade de construir categorias de análise capazes de se ajustarem tanto a sociedades do tipo moderno quanto a de tipo tradicional como forma de permitir comparações entre a natureza das relações sociais observadas em diferentes períodos históricos³.

Implícito nesta formulação está a suposição de que os fenômenos sociais contemporâneos possam necessariamente encontrar seus correlatos num passado algo distante, sob uma forma rudimentar. No

² Para tornar mais patente a conotação psicológico-social da sociologia de Durkheim, a expressão *consciência coletiva* foi, como assinala Rodriguez (1986), progressivamente substituída pelo termo *representações coletivas* (cf. p. 1065).

³ A importância atribuída por Durkheim ao método comparativo para a explicação dos fatos sociais é indiscutível. Para ele "A sociologia comparada não é um ramo particular da sociologia; é a própria sociologia, na medida em que deixa de ser puramente descritiva e aspira a explicar os fatos" (Durkheim, 1966, p. 129-130).

nosso entender, esta suposição dificilmente se sustenta quando confrontada com os fatos sociais do presente. Com efeito, a sociedade atual distingue-se por processar transformações contínuas de modo acelerado, dando origem a fenômenos inteiramente novos e, por conseguinte, a uma multiplicidade de representações que lhes correspondem, das quais não se encontram vestígios de similaridade em épocas anteriores. As características da universalidade que Durkheim procurou imprimir ao conceito de representações coletivas dificultam a sua aplicação produtiva para a interpretação desta nova classe de fenômenos⁴.

Neste sentido, Sá observa que:

“De fato, a extensão explicativa do conceito de representações coletivas à sociedade ocidental da época em que foi proposto - no início do século - poderia parecer suficiente, dada a ainda relativa integridade dos 'sistemas unificadores'. Nas sociedades contemporâneas, entretanto, novos fenômenos representacionais, de origem e âmbito bastante diversos, impõem-se ao exame sob uma perspectiva psicossociológica” (Sá, 1983, p.22).

⁴ Segundo Durkheim: “As representações coletivas são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço mas no tempo; para fazê-las, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram e combinaram suas idéias e sentimentos, longas séries de gerações acumularam aqui sua experiência e seu saber”. (Durkheim, 1983b, p. 216).

A natureza estática que caracteriza os fenômenos sociais de que Durkheim se ocupava não nos autoriza a empregar os conceitos através dos quais procurava explicá-los como um recurso para analisarmos os fenômenos sociais contemporâneos. O conceito de representações coletivas de Durkheim parece-nos insuficiente para absorver estes novos fenômenos e contribuir efetivamente para o entendimento de seus processos constitutivos. Tal constatação, decerto, fornece as condições necessárias para o surgimento de uma nova teoria, capaz de dar conta dos fenômenos de nosso tempo.

Conforme assinala Sá:

“Compreensivelmente, o reconhecimento da existência de uma outra ordem de fenômenos exigiria um outro tipo de conceito para englobá-los. Daí o surgimento do termo *representações sociais*, implicando um decisivo afastamento da perspectiva 'sociologista' extrema na noção original e a construção teórico-conceitual de um espaço psicossociológico próprio” (Sá, 1993, p. 22).

2.2. As representações sociais, segundo S. Moscovici

Em 1961 o psicólogo francês Serge Moscovici publicava *La Psychanalyse, son image et son public*⁵ lançando aí o conceito de

⁵ Parte da obra foi publicada em português com o título *A representação social da psicanálise* pela Zahar Editores em 1978.

representações sociais. Renovado a partir da noção de *representações coletivas* de Durkheim, o conceito de representações sociais em Moscovici assume contornos próprios. Constituem, em termos sintéticos, “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação de indivíduos” (Moscovici, 1978, p. 26).

De um modo mais extenso, as representações sociais designam:

“Um conjunto de conceitos, proposições e explicações criado na vida quotidiana no decurso da comunicação interindividual. São o equivalente, na nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem ainda ser vistas como a versão contemporânea do senso comum” (Moscovici, 1981, p. 181).

Relevantes ao aprofundamento das questões levantadas pelo presente projeto são as considerações de Moscovici ao marcar as diferenças de seus propósitos com os de Durkheim, a partir do contraste que estabelece entre a natureza dos fenômenos de que cada qual se ocupa:

“As representações em que estou interessado não são as das sociedades primitivas, nem as de épocas remotas. São aquelas da nossa sociedade presente, do nosso solo político, científico e humano, que nem

sempre tiveram tempo suficiente para permitir a sedimentação que as tornasse tradições imutáveis. E sua importância continua a crescer, em proporção direta à heterogeneidade e flutuação dos sistemas unificadores - ciências oficiais, religiões, ideologias - e às mudanças pelas quais eles devem passar a fim de penetrar na vida cotidiana e se tornar parte da realidade” (Moscovici, 1984, p. 18-19).

Mas não apenas na natureza distinta de seu objeto residia a originalidade da proposta de Moscovici. Preocupava-se o autor, já na obra em que lançara o conceito de representações sociais, em ressaltar o papel do sujeito como produtor de sistemas simbólicos, em oposição ao caráter passivo que as teorias tradicionais lhe conferiam:

“Insisto na especificidade dessas representações porque não gostaria de vê-las reduzidas, como no passado, a simples simulacros ou resíduos intelectuais sem relação alguma com comportamento humano criador. Pelo contrário, elas possuem uma função constitutiva da realidade, da única realidade que conhecíamos por experiência e na qual a maioria das pessoas se movimenta” (Moscovici, 1978, p. 26-27).

As proposições teóricas de Moscovici fundamentavam-se na constatação da existência de um fenômeno inédito, próprio da atualidade,

derivado do novo papel que a ciência passara a desempenhar nas sociedades modernas:

“Até o presente, o vocabulário e as noções indispensáveis para descrever e explicar a experiência ordinária, prever o comportamento e os acontecimentos, incutir-lhes um sentido, provinham da linguagem e da sabedoria longamente acumulada por comunidades regionais ou profissionais. [...] o senso comum, com sua inocência, suas técnicas, suas ilusões, seus arquétipos e estratégias, era primordial. A ciência e a filosofia dele extraíam seus materiais mais preciosos e os destilavam no alambique de sucessivos sistemas” (Moscovici, 1978, p. 20).

Nas sociedades contemporâneas registra-se uma visível alteração no sentido do fluxo de influência estabelecido entre o saber científico e o senso comum. Moscovici observa que:

“Após vários decênios esta corrente foi invertida. As ciências inventam e propõem a maior parte dos objetos, conceitos, analogias e formas lógicas a que recorreremos para fazer face às nossas tarefas econômicas, políticas ou intelectuais. O que se impõe, a longo prazo, como dado imediato de nossos sentidos, de nosso entendimento, é, na verdade, um produto secundário, reelaborado, das pesquisas científicas. [...] O trabalho de elaboração de uma visão coerente das nossas ações e da nossa situação, a partir de elementos derivados e de origem tão diversa, é psicológica e socialmente decisivo.

[...] No que tange à nossa sociedade a questão dos meios pelos quais se chega a firmar uma concepção concreta dos processos materiais psíquicos culturais, a fim de compreender, de comunicar ou de agir, é uma decorrência de mudança descrita. Em outras palavras, a gênese do novo senso comum, doravante associado à ciência, inscreve-se entre as suas preocupações teóricas e práticas essenciais” (Moscovici, 1978, p. 20-21).

As perspectivas promissoras que a teoria das representações sociais abria para a realização de análises mais fecundas dos fenômenos sociais da atualidade provocaram uma rápida expansão de sua influência em vários domínios do conhecimento, recebendo valiosas contribuições no esforço de construção de um campo de estudos próprio. Denise Jodelet, autora que, indiscutivelmente, mais tem cooperado neste esforço, define as representações sociais como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 1989, p. 32). Em outras palavras, são “modalidades de pensamento prático orientadas para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal” (Jodelet, 1984, p. 361). Dizem respeito, portanto,

“à forma pela qual nós, sujeitos sociais, apreendemos os acontecimentos da vida corrente, os dados do nosso ambiente, as informações que aí circulam, as pessoas

de nosso círculo próximo ou longínquo. Em resumo, o conhecimento ‘espontâneo’, ‘ingênuo’, que tanto interessa hoje às ciências sociais, aquele que se tem o costume de chamar de *conhecimento do senso comum*, ou ainda *pensamento natural*, por oposição ao pensamento científico” (Jodelet, 1984, p. 360).

Como podemos observar, o conceito de representações sociais não é absorvido pelo modelo de análise que explora a dicotomia *sociedade primitiva - sociedade moderna* que, como vimos anteriormente, sustenta boa parte da produção teórica no campo das ciências sociais. A insuficiência deste modelo para dar suporte a uma análise mais consistente dos fenômenos sociais da atualidade sugere a sua substituição por um outro modelo interpretativo, no qual o esquema dicotômico “sociedade primitiva - sociedade moderna” ceda lugar ao binômio “pensamento científico - pensamento natural”⁶ - sem que isto represente uma renúncia à análise dos fatos e fenômenos sociais sob uma perspectiva histórica.

A este ponto, a familiarização com as noções de *universos consensuais* e *universos reificados* torna-se, a nosso ver, indispensável

⁶ Para um aprofundamento das questões colocadas pelo processo de socialização do conhecimento científico como decorrência das iniciativas de divulgação científica através dos meios de comunicação de massa, ver SÁ, Celso Pereira *et alii*, 1983a, 1983b e 1995.

para o correto entendimento das proposições teóricas de Moscovici. Sá assim descreve estes dois conceitos-chave:

“Moscovici [...] considera coexistirem nas sociedades contemporâneas duas classes distintas de universos de pensamento: os *universos consensuais* e os *universos reificados*. Nos últimos, bastante circunscritos, é que se produzem e circulam as ciências e o pensamento erudito em geral, com sua objetividade, seu rigor lógico e metodológico, sua teorização abstrata, sua compartimentalização em especialidades e sua estratificação hierárquica. Aos universos consensuais correspondem as atividades intelectuais da interação social cotidiana pelas quais são produzidas as Representações Sociais. As ‘teorias’ do senso comum que são aí elaboradas não conhecem limites especializados, obedecem a uma outra lógica, já chamada de ‘lógica natural’, utilizam mecanismos diferentes de ‘verificação’ e se mostram menos sensíveis aos requisitos de objetividade do que a sentimentos compartilhados de verossimilhança ou plausibilidade” (Sá, 1993, p. 28-29).

Submetidos à incessante influência das freqüentes inovações advindas dos universos reificados, os universos consensuais constituem, portanto, o local de onde emergem as representações sociais, como resultado do esforço de reduzir a tensão provocada pelo novo. Estas freqüentes inovações, que têm lugar nos mais diferentes campos do

conhecimento, são assimiladas através de um processo de reconstrução da realidade, visando a tornar familiar o elemento novo. Ao penetrar nos universos consensuais, o dado assume uma configuração distinta da sua original, fruto das tentativas de ajustá-lo aos “paradigmas prévios”, para assim dominar o elemento perturbador. Como se pode observar, a remissão a “paradigmas prévios” não chega a comprometer o caráter criativo de uma representação.

Neste sentido, Sá assinala que:

“Uma *realidade social*, como a entende a teoria das Representações Sociais, é criada apenas quando o novo ou o não familiar vem a ser incorporado aos universos consensuais. Aí operam os processos pelos quais ele passa a ser familiar, perde a novidade, torna-se socialmente conhecido e real. O fato de que isto ocorre sob o peso da tradição, da memória, do passado, não significa que não se esteja criando e acrescentando novos elementos à realidade consensual, que não se esteja produzindo mudanças no sistema de pensamento social, que não se esteja dando prosseguimento à construção do mundo de idéias e imagens que vivemos. O resultado é - constata-se pelo estudo empírico das Representações Sociais - altamente criativo e inovador no âmbito da vida cotidiana” (Sá, 1993, p. 37).

2.3. Processos constitutivos e estrutura das representações sociais

Decorridos apenas pouco mais de três décadas desde quando foi inaugurada, a teoria das representações sociais tem sustentado a análise de um número já expressivo de trabalhos empíricos. Esta produção tem se caracterizado, como salienta Spink (1993), pela diversidade de abordagens, seja quanto aos objetivos da pesquisa, seja em relação aos procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados. Num esforço de sistematização do acervo de pesquisas sobre representações sociais, a autora distingue tais pesquisas segundo as perspectivas do *produto* ou do *processo*, às quais o trabalho se propõe a enfatizar:

“Enfocada enquanto *produto*, as Representações Sociais emergem como pensamento constituído ou campo estruturado. Nesta perspectiva a pesquisa visa depreender os elementos constitutivos das representações: as informações, imagens, opiniões, crenças etc. Entretanto, sendo estas sempre referidas às condições de sua produção, a análise dimensional do conteúdo tende a ser complementada pela investigação dos fatores determinantes da estruturação do campo de representação em questão. [...] Enfocada enquanto *processo*, as representações emergem como pensamento constituinte ou núcleos estruturantes. Nesta perspectiva a pesquisa volta-se à compreensão da

elaboração e transformação das representações sob a força das determinações sociais, ou à compreensão do funcionamento e eficácia das representações na interação social” (Spink, 1983, p. 90-91).

É nesta segunda perspectiva - a que enfatiza o processo - que o presente trabalho irá se desenvolver, buscando delinear as representações sociais construídas em torno do conceito de *participação* e ao mesmo tempo descrever, tão precisamente quanto possível, os seus processos de formação, a partir da detecção dos elementos aos quais se subordinam.

Ainda segundo a autora, a pesquisa conduzida sob a perspectiva de *processo* tende a avançar em duas direções; a primeira examinando...

“os mecanismos sociais que intervêm na elaboração cognitiva mediante os dois processos constitutivos enunciados por Moscovici: a ancoragem e a objetivação. Ou seja, procurando explicitar as determinações sociais das representações decorrentes da posição ocupada pelos diferentes atores sociais, ou explicitar os modelos coletivos disponíveis para que o indivíduo possa dar sentido a sua experiência social” (Spink, 1993, p. 91).

A segunda direção em que avança a pesquisa com ênfase no *processo*, e que será seguida neste trabalho, caracteriza-se por analisar...

“as propriedades estruturais das Representações Sociais. Distinguindo, por exemplo, os aspectos centrais - como o núcleo figurativo - dos aspectos periféricos, de modo a estudar a relação entre representação e comportamento e a dinâmica de transformação das Representações Sociais” (Spink, 1993, p. 91-92).

Fundamentais, portanto, para a análise das propriedades estruturais de uma representação, são os conceitos de “núcleos centrais” e “esquemas periféricos associados”. Nos termos de Abric (1994), na proposição, em 1976, de sua “teoria do núcleo central”, a qual, de acordo com Flament (1988), contribui para que a teoria das representações sociais se torne mais heurística tanto para a pesquisa quanto para a prática social, uma representação social se estrutura em um *sistema central* e um *sistema periférico*.

O sistema central, ou seja, o núcleo central da representação, é constituído por um ou alguns elementos cognitivos, que conferem à representação o seu significado básico ou sua identidade — pela qual são influenciados os próprios sentidos das demais cognições — e a organizam globalmente. Por outro lado, os elementos do sistema periférico,

“gerenciados” pelo núcleo central, proporcionam a interface entre a representação do objeto e as condições concretas e práticas cotidianas que o envolvem.

Assim, enquanto o núcleo central é responsável pelo caráter de estabilidade da representação e por sua consensualidade no âmbito do grupo, as cognições periféricas já manifestam, em sua flexibilidade, o efeito da heterogeneidade do grupo e a modulação pelas histórias individuais de seus membros. As características e funções complementares dos dois sistemas parecem bem sintetizadas no quadro que se segue (ver Quadro 2):

Quadro 2

**Características do Sistema Central e do Sistema Periférico
de uma representação**

<i>Sistema Central</i>	<i>Sistema Periférico</i>
Ligado à memória coletiva e à história do grupo	Permite a integração das experiências e histórias individuais
Consensual; Define a homogeneidade do grupo	Suporta a heterogeneidade do grupo
Estável Coerente Rígido	Flexível Suporta as contradições
Resistente à mudança	Evolutivo
Pouco sensível ao contexto imediato	Sensível ao contexto imediato
<i>Funções:</i> Gera a significação da representação; Determina sua organização	<i>Funções:</i> Permite adaptação à realidade concreta; Permite a diferenciação do conteúdo; Protege o sistema central

Fonte: ABRIC, J. C. L'organisation interne des représentations sociales: système périphérique. In: C. GUIMELLI (Ed.) *Structures et transformations des représentations sociales*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1994b, p. 80.

Uma importante implicação da teoria do núcleo central, enfatizada por Sá (1995) em sua análise da produção do *Grupo do Midi* (o conjunto de autores de Aix-en-Provence e de Montpellier, que têm desenvolvido tal teoria e a pesquisa empírica nela fundamentada), é a possibilidade que ela abre no campo das representações sociais para a condução de estudos comparativos.

De fato, segundo esses autores (Abric, 1994a; Flament, 1994; Moliner, 1994), apesar da relevância dos elementos periféricos para o funcionamento cotidiano das representações sociais, duas representações ou dois estados sucessivos de uma mesma representação somente podem ser consideradas diferentes se tiverem núcleos centrais significativamente distintos.

Ainda, a teoria do núcleo central dá conta, com Flament, do processo de transformação das representações sociais a partir do confronto com a realidade histórica do objeto representado. Nos seus próprios termos:

“Discordâncias entre a realidade e representação modificam primeiro os esquemas periféricos, depois eventualmente o nível central, isto é, a própria representação.

Se há contradição entre realidade e a representação, vemos aparecer esquemas estranhos, depois uma desintegração da representação.

Se a realidade ocasiona simplesmente uma modificação da atividade dos esquemas periféricos, pode resultar numa transformação progressiva, porém estrutural, do núcleo central” (Flament, 1988, p. 218).

É, portanto, a partir do privilégio concedido pela teoria do núcleo central à transformação das representações em função das práticas sociais, como se supõe ocorrer com o advento da participação nos contextos organizacionais, que os objetivos do presente trabalho são operacionalizados a seguir.

CAPÍTULO 3 - A PESQUISA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO FENÔMENO PARTICIPATIVO EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

3.1. Sujeitos

O intuito de selecionar uma amostra que, simultaneamente, abarcasse tão amplamente quanto possível as diferentes realidades que compõem a administração pública do Estado do Rio de Janeiro e que fosse constituída por profissionais detentores de um perfil intelectual capaz de situá-los no conjunto dos servidores públicos com potencial para promover inovações, coletivizando idéias individuais, determinou a escolha da Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro (FESP-RJ) como campo de desenvolvimento do trabalho empírico.

Nos dias 9, 16, 18 e 31 de agosto de 1995 foram aplicados questionários a uma população composta de trabalhadores de organizações públicas do Estado que realizaram os cursos de pós-graduação oferecidos pela FESP-RJ, a partir do ano de 1994, através do seu Instituto Superior de Administração Pública Estadual. Foram interrogados 66 sujeitos. Deste total, 12 pertenciam ao CEAP I (1º Curso

de Especialização em Administração Pública), 16 ao CEAP II, 22 ao CEAP III e 16 ao PGA (Curso de Especialização em Gestão e Política Ambiental).

Apresentamos a seguir um conjunto de quadros que reúnem algumas características dos sujeitos investigados.

Quadro 3
Distribuição dos sujeitos,
segundo órgão de origem e vinculação administrativa
 (continua)

ÓRGÃO DE ORIGEM	VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA	n
SERLA - Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas	SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente	5
SOSP - Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - nível central	SOSP - Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos	4
FESP - Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro	SAD - Secretaria de Estado de Administração	3
SECTRAN - Secretaria de Estado de Transportes - nível central	SECTRAN - Secretaria de Estado de Transportes	3
SES - Secretaria de Estado de Saúde - nível central	SES - Secretaria de Estado de Saúde	3
CEDIM - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher	<i>Não informado</i>	2
DPGE - Defensoria Pública Geral do Estado	<i>Não informado</i>	2
FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente	SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente	2
IASERJ - Instituto de Assistência aos Servidores do Estado do Rio de Janeiro	SES - Secretaria de Estado de Saúde	2
IEF RJ - Fundação Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro	SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente	2
PMRJ - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	SESP - Secretaria de Estado de Segurança Pública	2
SAD - Secretaria de Estado de Administração - nível central	SAD - Secretaria de Estado de Administração	2
SECPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Controle - nível central	SECPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Controle	2
Secretaria de Estado de Fazenda - nível central	Secretaria de Estado de Fazenda	2
SEE - Secretaria de Estado de Educação - nível central	Secretaria de Estado de Educação	2
SESP - Secretaria de Estado de Segurança Pública - nível central	SESP - Secretaria de Estado de Segurança Pública	2
ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro	Poder Legislativo Estadual	1
Biblioteca Estadual de Niterói	<i>Não informado</i>	1
CEASA RJ - Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro	Secretaria de Estado de Abastecimento e Pesca	1
CECIERJ - Centro de Ciências do Estado do Rio de Janeiro	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	1

Quadro 3
Distribuição dos sujeitos,
segundo órgão de origem e vinculação administrativa
(conclusão)

ÓRGÃO DE ORIGEM	VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA	n
CEG - Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro	SOSP - Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos	1
Corpo de Bombeiros	SESP - Secretaria de Estado de Segurança Pública	1
CTC RJ - Companhia de Transportes Coletivos do Estado do Rio de Janeiro	SECTRAN - Secretaria de Estado de Transportes	1
DEGASE - Departamento Geral de Ação Sócio-Educativa	SEJINT - Secretaria de Estado de Justiça e Interior	1
DESIPE - Departamento do Sistema Peninteciário	SESP - Secretaria de Estado de Segurança Pública	1
DRM - Departamento de Recursos Minerais	SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente	1
Flumitrens - Companhia Fluminense de Trens Urbanos	SECTRAN - Secretaria de Estado de Transportes	1
Fundação Leão XIII	Secretaria de Trabalho e Ação Social	1
Instituto de Educação do Rio de Janeiro	SEE - Secretaria de Estado de Educação	1
Instituto Estadual de Hematologia	SES - Secretaria de Estado de Saúde	1
Instituto Estadual de Radiologia Manoel de Abreu	SES - Secretaria de Estado de Saúde	1
IPERJ - Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro	SAD - Secretaria de Estado de Administração	1
Polícia Civil	SESP - Secretaria de Estado de Segurança Pública	1
Procuradoria Geral de Justiça	Poder Judiciário Estadual	1
Secretaria de Estado de Justiça - nível central	SEJINT - Secretaria de Estado de Justiça e Interior	1
SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente - nível central	SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente	1
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	1
Não respondeu		5
Total		66

Quadro 4
Distribuição dos sujeitos,
segundo o sexo

SEXO	f	%
Masculino	30	45,4
Feminino	36	54,6
Total	66	100,0

Quadro 5
Distribuição dos sujeitos,
segundo a faixa etária

FAIXA ETÁRIA	f	%
30 anos ou menos	3	4,5
31 a 35 anos	9	13,6
36 a 40 anos	13	19,7
41 a 45 anos	17	25,8
46 a 50 anos	10	15,2
51 a 55 anos	8	12,1
56 anos ou mais	5	7,6
Não respondeu	1	1,5
Total	66	100,0

Quadro 6
Distribuição dos sujeitos,
segundo a forma de ingresso no serviço público

FORMA DE INGRESSO	f	%
Concurso público	30	45,4
Seleção	17	25,8
Convite	14	21,2
Outra	4	6,1
Não respondeu	1	1,5
Total	66	100,0

Quadro 7
Distribuição dos sujeitos, segundo o exercício atual
de cargo em comissão ou função de confiança

EXERCE	f	%
Sim	34	51,5
Não	31	47,0
Não respondeu	1	1,5
Total	66	100,0

Quadro 8
Distribuição dos sujeitos, segundo a natureza
predominante do cargo atualmente ocupado

NATUREZA DO CARGO	f	%
Nível gerencial	23	34,9
Nível de assessoramento	15	22,7
Nível exclusivamente técnico	26	39,4
Não respondeu	2	3,0
Total	66	100,0

Quadro 9
Distribuição dos sujeitos, segundo o exercício,
atual ou anterior, de função gerencial

FUNÇÃO GERENCIAL	f	%
Exerce atualmente	23	34,9
Não exerce atualmente, mas já exerceu no passado	15	22,7
Não exerce atualmente e nunca exerceu no passado	20	30,3
Não respondeu	8	12,1
Total	66	100,0

Quadro 10
Distribuição dos sujeitos,
segundo tempo de serviço na esfera
pública estadual

TEMPO DE SERVIÇO	f	%
0 a 5 anos	13	19,7
6 a 10 anos	8	12,1
11 a 15 anos	13	19,7
16 a 20 anos	12	18,2
21 a 25 anos	10	15,2
26 a 30 anos	8	12,1
31 a 35 anos	1	1,5
Não respondeu	1	1,5
Total	66	100,0

3.2. O levantamento dos possíveis elementos constituintes do núcleo central

Com vistas à descrição das representações sociais sobre o fenômeno participativo, os sujeitos foram solicitados, inicialmente, a escrever de três a cinco palavras ou expressões que lhes tenham vindo à mente — e na ordem em que isso tenha ocorrido — face à expressão estímulo “administração participativa”.

Denominada de *associação* ou *evocação livre*, esta técnica tem sido freqüentemente empregada como recurso válido para o levantamento dos possíveis elementos que compõem o núcleo central de uma representação, ajustando-se com vantagens, segundo Abric, ao marco teórico eleito:

“O caráter espontâneo - portanto menos controlado - e a dimensão projetiva dessa produção deveriam portanto permitir o acesso, muito mais facilmente e rapidamente do que em uma entrevista, aos elementos que constituem o universo semântico do termo ou do objeto estudado. A associação livre permite a atualização de elementos implícitos ou latentes que seriam perdidos ou mascarados nas produções discursivas” (Abric, 1994c, p. 66)

O método adotado nesta primeira etapa do trabalho foi tomado de Vergès (1992), em sua proposta de elaboração de um procedimento para

delinear o núcleo central de uma representação, no âmbito de uma pesquisa sobre a representação social da economia a partir da evocação de palavras associadas a “*dinheiro*” – a noção, segundo o autor, ao mesmo tempo a mais social e econômica do campo de fenômenos estudado.

Segundo Vergès, o duplo critério de prototipicalidade – frequência e ordem de evocação – aplicado às respostas assegura a detecção dos elementos do núcleo central como aqueles que tenham sido mais frequentemente e também mais prontamente evocados pelos sujeitos. Combinam-se aqui, de acordo com o autor, um dado de natureza coletiva (a elevada frequência) e um dado de natureza individualizada (a ordem que cada sujeito confere às suas próprias evocações).

Uma vez obtidas, as palavras ou expressões evocadas foram agregadas em categorias, de modo a evitar que variantes de uma mesma evocação que apresentassem o conteúdo semântico equivalente fossem consideradas como distintas. Para obter maior rigor nesta operação, o material evocado foi cotejado com um texto produzido pelos sujeitos da pesquisa, como resposta à seguinte pergunta: “Na sua opinião, quais são as principais consequências da adoção de formas participativas de gestão numa organização?” Buscou-se, desta forma, cercar-se de maior segurança quanto à tarefa de agrupar sob um único rótulo diferentes palavras ou expressões, uma vez que o texto, não raras vezes, indicava o

contexto em que a palavra ou expressão evocada era empregada pelo sujeito, “autorizando”, portanto, sua inclusão numa dada categoria semântica. Minimizava-se, assim, tanto quanto possível, uma influência mais direta das referências teóricas do investigador neste primeiro esforço de elaboração do conjunto de categorias semânticas que seriam submetidas à análise.

Os 66 sujeitos da pesquisa evocaram um total de 301 palavras ou expressões, que foram reunidas em 83 categorias semânticas. Em consonância com os pressupostos teóricos adotados, decidiu-se por não submeter a análise as categorias que registrassem frequências unitárias, descartando, assim, 47 termos que não chegaram a ser evocados por sequer dois sujeitos. Tal decisão apoiou-se no argumento de que uma representação só é social quando um conjunto de sujeitos a compartilha. Não estão em causa, como observa Vala (1993), “representações idiossincráticas, que tornam um indivíduo diferente e único relativamente a outros indivíduos [...] mas representações partilhadas, comuns a diferentes indivíduos” (p. 357)⁷. O número definitivo de categorias semânticas submetidas a análise foi, portanto, de 36, as quais

⁷ Embora esse *critério quantitativo* pareça satisfatório para sustentar a exclusão, para efeito de análise, das categorias semânticas com frequência unitária, cabe ressaltar que não é suficiente para assegurar por si só a validade de conclusões sobre a natureza social de uma representação, uma vez que nada revela sobre o seu processo de construção. Utilizando um *critério genético*, Vala (1993) diz que “uma representação é social no sentido em que é colectivamente produzida: as representações sociais são um produto das interacções e dos fenómenos de comunicação no interior de um grupo social, reflectindo a situação social desse grupo, os seus projectos, problemas e estratégias” (p. 357).

agregaram nada menos de 84% das palavras ou expressões evocadas pelo conjunto de sujeitos.

Pode-se assim resumir os dados obtidos nesta primeira etapa:

Número de sujeitos.....	66
Número total de evocações.....	301
Número de categorias semânticas.....	83
Número de categorias com frequência unitária.....	47
Número de categorias submetidas a análise	$83-47=36$
Número total de evocações agregadas nas categorias submetidas a análise	254

Procedeu-se, a seguir, ao cálculo da frequência de ocorrência das categorias, bem como da ordem média em que cada uma destas foi evocada. Para calcular a ordem média de evocação apurou-se, inicialmente, o número de vezes que o termo é emitido pelo conjunto dos sujeitos em cada uma das posições possíveis. Ao número de vezes em que o termo é evocado em primeiro lugar atribuiu-se peso 1. De modo similar, aplicou-se pesos 2, 3, 4 e 5 às totalizações das frequências do termo observadas na segunda, terceira, quarta e quinta posição, respectivamente. A ordem média de evocação correspondeu à média aritmética dos valores associados ao termo em cada uma das cinco posições possíveis. O Quadro 11 apresenta os resultados obtidos através das operações acima descritas (ver Quadro 11).

Quadro 11
Frequência e ordem média de evocação das categorias submetidas a análise

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	ORDEM MÉDIA DE EVOCAÇÃO
cidadania	5	3
competência	4	4,25
compromisso	14	2,71
conflito	2	3,5
cooperação	13	2,15
democracia	12	2,92
descentralização	17	2,88
dificuldade	2	1,5
dinamismo	5	2,6
discussão	4	1,75
engodo	3	3
fim da hierarquia	3	2,67
gestão	6	3,33
grupo	17	2,71
holístico	2	2
idéias	4	3,25
incentivo	8	2,5
informação	15	4,27
integração	29	1,79
melhoria salarial	3	4
modernidade	4	3,25
mudança	3	3,67
não existe	3	1,33
objetividade	3	4,67
objetivos	5	3,2
organização	4	2,25
planejamento	9	1,78
política	3	2
produtividade	20	2,6
qualidade	6	3,67
relações pessoais	2	4
respeito	8	4
senso comum	2	4
sociedade	5	2,2
todos	3	1,34
utopia	6	2,67
TOTAL	254	103,41
FREQÜÊNCIA MÉDIA DE OCORRÊNCIA DAS CATEGORIAS	7	-
MÉDIA DAS ORDENS MÉDIAS DE EVOCAÇÃO	-	2,87

O exame conjugado da frequência e da ordem média de evocação de cada categoria tornou possível efetuar o levantamento dos elementos supostamente pertencentes ao núcleo central da representação, a partir da distribuição destas categorias entre quatro quadrantes, distintos entre si, com relação ao grau de centralidade dos elementos que abrigam. As fronteiras de cada quadrante foram determinadas vertical e horizontalmente pelos valores correspondentes à frequência média de ocorrência das categorias (7) e à média das ordens médias em que foram evocadas (2,87), respectivamente (ver Quadro12).

Quadro 12
Levantamento dos possíveis elementos constituintes
do núcleo central

ORDEM MÉDIA DE EVOCAÇÃO	
	<div> <div>inferior a 2,87</div> <div>superior a 2,87</div> </div>
<div>FREQUÊNCIA</div>	<div> <div>superior ou igual a 7</div> <div>inferior a 7</div> </div> <div> <div> integração (29) produtividade (20) grupo (17) compromisso (14) cooperação (13) planejamento (9) incentivo (8) </div> <div> descentralização (17) informação (15) democracia (12) respeito (8) </div> </div>
	<div> <div>utopia (6)</div> <div>sociedade (5)</div> <div>dinamismo (5)</div> <div>discussão (4)</div> <div>organização (4)</div> <div>fim da hierarquia (3)</div> <div>não existe (3)</div> <div>política (3)</div> <div>todos (3)</div> <div>dificuldade (2)</div> <div>holístico (2)</div> </div> <div> <div>qualidade (6)</div> <div>gestão (6)</div> <div>cidadania (5)</div> <div>objetivos (5)</div> <div>competência (4)</div> <div>idéias (4)</div> <div>modernidade (4)</div> <div>engodo (3)</div> <div>mudança (3)</div> <div>melhoria salarial (3)</div> <div>objetividade (3)</div> <div>conflito (2)</div> <div>relações pessoais (2)</div> <div>senso comum (2)</div> </div>

Obs.: O número entre parênteses indica a frequência com que o termo foi evocado pelo conjunto dos sujeitos

De acordo com a perspectiva metodológica de Vergès, a aplicação do duplo critério de prototipicalidade – frequência e ordem de evocação – permite uma boa aproximação quanto à estrutura ou organização interna da representação social de um dado objeto, que acompanha de perto a distribuição espacial das cognições, como mostrada, no caso da presente pesquisa, no Quadro 12.

No quadrante superior esquerdo do quadro, que combina frequências elevadas com ordens de evocação baixas (ou seja, palavras mais prontamente evocadas), estariam localizadas as cognições que aparentemente pertenceriam ao núcleo central da representação. No quadrante oposto, inferior direito, se encontrariam as cognições (menos frequentes e menos prontamente evocadas) que não pertenceriam ao núcleo, situando-se claramente na periferia da representação, se é que chegam de fato a integrá-la.

Os elementos cognitivos dos outros dois quadrantes – superior direito e inferior esquerdo – são de interpretação menos direta, refletindo não apenas as limitações inerentes ao método, mas também a própria natureza global – ao mesmo tempo, rígida e flexível, estável e fluida, consensual e individualizada – dos fenômenos de representação social, o que, de resto, atesta por si mesma a propriedade do método. Trata-se de

cognições que, se não pertencem ao núcleo central, relacionam-se bastante estreitamente com ele, ou seja, são organizadas por ele de forma razoavelmente imediata, à diferença do que acontece com os elementos “mais periféricos” do quadrante inferior direito.

3.3. A identificação do núcleo central

De natureza essencialmente quantitativa, o método de levantamento empregado não autoriza, por si só, conclusões definitivas sobre a estrutura de uma representação. Torna-se necessária a adoção de procedimentos adicionais destinados a testar as hipótese formuladas acerca do conjunto de elementos que a compõe.

Neste sentido, Sá observa que:

“A verificação dessas hipóteses, proporcionadas pelos ‘métodos de identificação’, recentemente desenvolvidos [...] deve conduzir a uma apreensão final, mais consistente, da estrutura da representação, o que, de acordo com a teoria do núcleo central, constitui um objetivo tão necessário quanto o da apreensão do seu conteúdo para a condução de boas pesquisas no campo das representações sociais” (Sá, 1995, p. 138).

Decidiu-se, assim, pela adoção de procedimentos que permitissem avaliar o impacto exercido por cada um dos elementos que

presumidamente integrassem o núcleo central da representação sobre o objeto representado como forma de testar a centralidade destes elementos.

Após a aplicação dos questionários em três das quatro turmas investigadas (CEAP II, CEAP III e PGA), procedeu-se ao tratamento dos dados de modo a estabelecer um primeiro delineamento de representação quanto aos seus aspectos estruturais. Levantados os elementos que, em princípio, integrariam o núcleo central, através do método descrito no item 3.2, definiu-se, então, um instrumento destinado a testar a centralidade dos mesmos. A seguir incluiu-se este instrumento no conjunto de questionários inicialmente propostos, aplicando-os à única turma até então não submetida ao estudo (CEAP I).

Os alunos que participaram desta etapa de confirmação-refutação das hipóteses de centralidade foram divididos em dois grupos. Aos componentes do primeiro grupo foi solicitado que elessem, entre três alternativas, aquela que melhor respondesse à seguinte pergunta: “Na sua opinião, qual das alternativas abaixo reflete **necessariamente** o contexto organizacional de uma instituição que ADOTA formas participativas de administração na condução de seus negócios?”

Para cada elemento que supostamente integrasse o núcleo central da representação, (levantados, como já dissemos, na etapa anterior) foram formuladas três alternativas distintas de resposta. A título de exemplo, apresentamos as três alternativas associadas ao termo “integração”:

- a) Há grande possibilidade de que HAJA integração entre seus membros;
- b) Há grande possibilidade de que NÃO HAJA integração entre seus membros;
- c) A adoção de formas participativas de administração não tem impacto sobre este item.

Se, nos termos da teoria, “o objeto não pode ser concebido sem as cognições centrais de sua representação”⁸ pode-se, conseqüentemente, admitir que, no que se refere à pergunta acima colocada, a centralidade do elemento “integração” estaria definitivamente confirmada caso os sujeitos considerassem como grande a possibilidade de sua ocorrência em organizações onde o objeto da representação (a administração participativa) fosse claramente observado. A opção dos sujeitos pela alternativa “c”, por sua vez, indicaria o não reconhecimento, por parte dos mesmos, da existência de ligação entre a cognição submetida ao teste

⁸ Segundo Moliner (1994), “o objeto não pode ser concebido sem as cognições centrais de sua representação” (p. 218) e, uma vez rompido o laço simbólico que liga as cognições centrais ao objeto da representação “então, por definição, é o conjunto da representação que perde sua significação” (p. 218).

de confirmação e o objeto da representação, refutando, assim, a hipótese de centralidade da cognição.

A alternativa “b”, diferentemente das outras já comentadas, teve sua inclusão no quadro de opções determinada tão-somente para atender ao propósito de equilibrar o conjunto de alternativas visando minimizar um eventual efeito de indução involuntária de respostas, efeito este decorrente de uma possível estratégia, adotada pelo sujeito, de satisfazer (ou contrariar) hipóteses que julgue terem sido formuladas pelo pesquisador.

Como forma de tornar mais eficaz o método empregado, foram criadas três alternativas de respostas, semelhantes às aplicadas ao termo “integração”, não apenas para cada uma das 7 cognições situadas no quadrante principal (superior esquerdo), as quais, em princípio, integrariam o núcleo central, mas também para outras 7, extraídas aleatoriamente do conjunto das demais palavras ou expressões evocadas pelos sujeitos. A intenção de combinar elementos distintos quanto à sua suposta centralidade visava evitar uma tendência à concentração de resposta em apenas uma das três alternativas possíveis, na hipótese de que todos os elementos do quadrante superior esquerdo viessem a ser confirmados como integrantes do núcleo central. A inclusão das outras 7

cognições não pertencentes ao quadrante principal tornaria menos evidente aos sujeitos esta tendência, uma vez que não há motivos para supor que as respostas relacionadas a tais cognições não se distribuiriam indistintamente entre as alternativas de resposta colocadas.

Poder-se-ia, portanto, assumir como hipótese experimental, que haveria uma maior probabilidade de escolha da alternativa “a” quando as cognições submetidas a teste pertencessem ao quadrante principal, tendo em vista que tanto a alternativa “c” como a “b” indicariam a negação, por parte do sujeito, de uma ligação entre a cognição e o objeto da representação, ligação esta indispensável para que a representação mantenha a sua significação.

Embora os procedimentos até aqui descritos apresentem considerável potencial para garantir, por si sós, com boa margem de segurança a identificação definitiva dos elementos constituintes do núcleo central, adotou-se um procedimento adicional destinado a ampliar esta margem, através da testagem de uma nova hipótese, decorrente do pressuposto metodológico adotado, e que se resume no seguinte enunciado: se, como já foi dito, a centralidade de um elemento supostamente pertencente ao núcleo central estaria definitivamente confirmada caso os sujeitos considerassem como grande a possibilidade

de sua ocorrência em organizações onde o objeto da representação fosse claramente observado, descartando a idéia de ausência de conexão entre tal elemento e o objeto da representação, tem-se, como corolário, que a centralidade de tal elemento estaria igualmente confirmada caso os sujeitos considerassem como grande a possibilidade de sua não ocorrência em organizações onde o objeto da representação fosse negado. Há de se assinalar que, também aqui, o reconhecimento de tal possibilidade estaria diretamente associada à refutação, por parte do sujeito, da idéia de ausência de ligação entre o elemento supostamente central da representação e o objeto representado.

Recorrendo-se mais uma vez ao termo “integração” a título de exemplificação, poder-se-ia dizer que, do mesmo modo em que nas organizações nas quais se adotam formas participativas de gestão haveria grande possibilidade de que os sujeitos admitissem ocorrer integração de seus membros, nas organizações nas quais não se adotam práticas participativas na condução de seus negócios haveria, por conseguinte, igualmente grande possibilidade de que os sujeitos admitissem inexistir sintomas de integração entre os atores organizacionais, idéia esta resumida na alternativa “b”. Convém assinalar que por este novo ângulo a alternativa “a” passa a atender exclusivamente ao propósito de equilíbrio do conjunto de alternativas,

função que cabia anteriormente à alternativa “b”. Quanto à alternativa “c”, sua opção pelos sujeitos implicaria, novamente, na refutação da hipótese de centralidade da cognição considerada.

Sendo assim, se aos componentes do primeiro grupo foi solicitado que, para cada palavra ou expressão apresentada fosse escolhida, entre três alternativas, aquela que refletisse necessariamente o contexto organizacional de uma instituição que ADOTA formas participativas de administração na condução dos seus negócios, aos sujeitos do segundo grupo foi solicitado que elessem, para as mesmas palavras ou expressões e entre as mesmas alternativas possíveis, aquela que, **necessariamente**, refletisse o contexto organizacional de uma instituição que NÃO ADOTA formas participativas de administração.

A hipótese experimental submetida a teste – comum aos dois grupos de sujeitos que tomaram parte nesta etapa de identificação do núcleo central – foi a de que os termos supostamente pertencentes ao núcleo central da representação seriam, na opinião dos indivíduos integrantes do primeiro grupo, mais freqüentemente observados nas organizações que ADOTAM a administração participativa; e, na opinião dos indivíduos integrantes do segundo grupo, mais escassamente

evidenciados nas organizações que NÃO ADOTAM tal forma de administração.

Decidiu-se por admitir como efetivamente pertencentes ao núcleo central da representação os termos situados no quadrante superior esquerdo do Quadro 12 cujas hipóteses de centralidade resistissem à prova binomial unilateral a um nível de significância de 0,05.

O Quadro 13 ilustra os resultados do teste de hipótese a que foram submetidos os elementos supostamente pertencentes ao núcleo central da representação. Como se pode observar, todos estes elementos tiveram suas hipóteses de centralidade confirmadas ao nível de significância de 0,03 , sendo que 6 destes 7 elementos resistiriam, até mesmo, à prova binomial com nível de significância de 0,01 (ver Quadro 13).

Quadro 13
Resultados da prova binomial para a confirmação das hipóteses
de centralidade (H1) dos elementos da representação

Elementos supostamente pertencentes ao núcleo central	Grupo 1			Grupo 2			Total			Resultados prova binomial		
	Aceitam	Rejeitam	Não resp.	Aceitam	Rejeitam	Não resp.	Nº de Observ.	Aceitam	Rejeitam	Confirmados		Não
	H1	H1	resp.	H1	H1	resp.		H1	H1	$\alpha = 0,01$	$\alpha = 0,03$	confirm.
Integração	5	1	-	6	-	-	12	11	1	X	-	-
Produtividade	6	-	-	6	-	-	12	12	-	X	-	-
Grupo	3	2	1	6	-	-	11	9	2	-	X	-
Compromisso	5	1	-	6	-	-	12	11	1	X	-	-
Cooperação	5	1	-	6	-	-	12	11	1	X	-	-
Planejamento	5	-	1	6	-	-	11	11	-	X	-	-
Incentivo	4	1	1	6	-	-	11	10	1	X	-	-

3.4. As funções preenchidas pela participação

Com o propósito de criar condições para a realização de um exame articulado dos conteúdos representacionais com os conteúdos discursivos mais formais, procedeu-se à análise do texto produzido individualmente pelos sujeitos quando solicitados a discorrer sobre quais seriam as principais conseqüências da adoção de formas participativas de gestão em uma organização – texto este que servira, em etapa anterior deste trabalho, ao objetivo de orientar a construção das categorias semânticas que agregaram o conjunto de termos evocados pelos sujeitos. O conteúdo dos textos foi submetido à análise categorial do tipo temática (Festinger e Katz, 1994; Bardin, 1977) tendo como fonte balizadora as categorias de análise propostas por Motta (1991) para descrever as funções positivas preenchidas pela participação numa organização, detalhadas no Capítulo 1 deste trabalho (ver Quadro 1). O Quadro 14 reúne os resultados desta operação, totalizados e segmentados por turma (ver Quadro 14).

Quadro 14
Funções positivas preenchidas pela participação destacadas pelos sujeitos

FUNÇÃO	TURMA					
	CEAP I	CEAP II	CEAP III	PGA	TOTAL	
					n	%
Integração	10	7	11	12	40	60,6
Eficiência	9	10	12	9	40	60,6
Auto-realização	7	11	3	5	26	39,4
Democratização e descentralização	4	3	7	8	22	33,3
Distribuição e segurança	1	2	-	-	3	4,5
Não respondeu	-	-	1	-	1	1,5

Obs.: A soma dos valores totais, absolutos e relativos, ultrapassa o número de sujeitos e os 100%, respectivamente, em virtude da possibilidade de um mesmo sujeito vir a destacar mais de uma função.

reconsiderarem uma decisão inicial. Outras vezes, o direito de reação não é tolerado."

GRAU Nº 2:

"Na consulta facultativa a administração pode, se quiser e quando quiser, consultar os subordinados, solicitando críticas, sugestões ou dados para resolver algum problema."

GRAU Nº 3:

"Quando a consulta é obrigatória os subordinados devem ser consultados em certas ocasiões, embora a decisão final pertença ainda aos diretores. É o caso da lei que estabelece a negociação salarial entre patrões e operários."

GRAU Nº 4:

"Um grau mais avançado de participação é a elaboração/recomendação na qual os subordinados elaboram propostas e recomendam medidas que a administração aceita ou rejeita, mas sempre se obrigando a justificar sua posição."

GRAU Nº 5:

"Num degrau superior está a co-gestão, na qual a administração da organização é compartilhada mediante mecanismos de co-decisão e colegialidade. Aqui, os administradores exercem uma influência direta na eleição de um plano de ação e na tomada de decisões. Comitês, conselhos ou outras formas colegiadas são usadas para tomar decisões."

Exemplo de tentativa de co-gestão foi a experiência peruana de 'comunidades industriais': nas empresas, embora dirigidas por seus antigos proprietários, estabeleceu-se, por lei, o colegiado de operários com poder de tomar parte nas decisões de gerência."

GRAU Nº 6:

"A delegação é um grau de participação onde os administrados têm autonomia em certos campos ou jurisdições antes reservados aos administradores. A administração define certos limites dentro dos quais os administradores têm poder de decisão. Ora, para que haja delegação real os delegados devem possuir completa autoridade, sem precisar consultar seus superiores para tomarem decisões."

GRAU Nº 7:

"O grau mais alto de participação é a autogestão, na qual o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes, sem referência a uma autoridade externa. Na autogestão desaparece a diferença entre administradores e administrados, visto que nela ocorre a auto-administração."

(Bordenave, 1983, p.31-33)

O Quadro 15 mostra a distribuição dos sujeitos quanto à escolha do grau de participação que julgam trazer maiores benefícios a uma organização (ver Quadro 15).

Quadro 15
Distribuição dos sujeitos segundo o grau de participação considerado como o mais adequado para garantir resultados positivos para a organização

GRAU	TURMA					
	CEAP I	CEAP II	CEAP III	PGA	TOTAL	
					n	%
1- Informação	-	1	-	-	1	1,5
2- Consulta facultativa	-	-	-	-	-	-
3- Consulta obrigatória	-	-	-	-	-	-
4- Elaboração / recomendação	1	2	6	2	11	16,7
5- Co-gestão	6	7	5	9	27	40,9
6- Delegação	3	-	3	2	8	12,1
7- Autogestão	2	6	7	3	18	27,3
Alternativas combinadas	-	-	1	-	1	1,5
Total	12	16	22	16	66	100,0

CONCLUSÕES

Segundo a teoria do núcleo central, uma representação social não se esgota na composição do sistema central, por mais importantes que sejam suas funções e suas características de estabilidade, fixidez e consensualidade. A representação social é o conjunto interdependente constituído pelo sistema central e o sistema periférico.

É sob a luz dessas considerações teóricas no âmbito das representações sociais, articuladas a abordagens acadêmicas mais específicas sobre o funcionamento das organizações sociais, que os resultados da presente pesquisa devem ser interpretados. Justifica-se tal articulação a partir da própria proposição básica da formação das representações sociais como tendo freqüentemente origem nos universos de pensamento acadêmico e/ou profissional especializado, como, de resto, não poderia deixar de acontecer no caso do objeto em pauta, a *participação*, nutrida originalmente pela reflexão teórica sobre o campo organizacional.

Integração, produtividade, grupo, cooperação, compromisso, planejamento e incentivo – essas são as sete *idéias* [inequivocamente] *centrais* na representação social da *administração participativa* por

parte dos servidores da administração pública direta do Estado do Rio de Janeiro, na amostra considerada. O que se observa de imediato é que se tratam de elementos cognitivos nitidamente da ordem da reflexão acadêmica (em sentido amplo) sobre as organizações. O fato de que isso possa estar refletindo a permanência dos conhecimentos adquiridos mais ou menos recentemente pelos sujeitos nos cursos de pós-graduação cumpridos na FESP não invalida a constatação de que tal possa ser o núcleo central da representação mantida pelo conjunto dos funcionários públicos do Estado. A rigor, o objeto da representação tem precisamente essa origem especializada.

Nesse sentido, o conhecimento do senso comum aqui consubstanciado pela representação social da “participação” deve se expandir no âmbito maior da administração pública estadual, incluindo aqueles segmentos mais subalternos que raramente são “treinados”, a partir de tal concepção intencionalmente “ensinada”. Este é um processo normal e logicamente esperável quando se trata da introdução de “novidades” (teóricas, técnicas, factuais) – a matéria prima por excelência das representações sociais – nos *universos consensuais* das modernas sociedades urbanas (Moscovici, 1981). Não deve surpreender, portanto, que o núcleo central de tal representação incorpore tão fielmente o discurso oficial da organização ou da análise organizacional.

De fato, as duas categorias semânticas mais privilegiadas nas evocações dos sujeitos e que, por isso mesmo, podem ser tomadas como elementos centrais da representação, são *integração* e *produtividade*. Observe-se que elas correspondem de modo bastante nítido às funções positivas da *participação* – nas dimensões *organizacional* e *econômica*, respectivamente – propostas por Motta (1991), cujo quadro completo de análise se encontra reproduzido no Capítulo 1 (ver Quadro 1).

Embora esse autor, no âmbito da análise acadêmica, dê uma igual ênfase às funções do processo participativo também nas dimensões *social*, *política* e *psicológica*, o que se verifica quando da “socialização” de tal conhecimento – ou seja, de sua apropriação pela “comunidade” dos servidores públicos estaduais – é uma vinculação mais estreita da participação com melhorias no funcionamento organizacional (integração) e no atingimento de seus objetivos (produtividade).

Trata-se, na verdade, de idéias não apenas veiculadas através dos canais de comunicação internos (treinamento, por exemplo) das organizações (em que os trabalhadores vivem uma significativa parte de seu cotidiano), mas também amplamente difundidas pelos meios de comunicação de massa, a propósito de quase qualquer aspecto da vida

moderna (trabalho, família, lazer, etc.), como que uma ideologia mesmo da integração e da eficiência⁹.

Os demais elementos que se supôs em princípio centrais, embora não possam ser legitimamente subsumidos por aqueles dois mais salientes, guardam com eles uma relação bastante nítida de articulação e interdependência no contexto da eficiência e eficácia organizacionais. O **grupo** (ou a equipe) idealizado na representação se define por sua integração interna e externa, assim como por sua capacidade para atingir os fins propostos. A **cooperação** e o **compromisso**, por seu turno, são o “cimento” da integração, da interação que enseja “o compartilhamento de valores, a identificação, a lealdade”. Da mesma forma, **planejamento** e **incentivo** constituem providências básicas para a viabilização da produtividade.

O que se espera ter evidenciado, com base na argumentação precedente, é que o núcleo central da representação social da participação é constituído por dois elementos cognitivos básicos, **integração** e **produtividade**, aos quais se associam necessariamente as idéias sobre **grupo**, **cooperação**, **compromisso**, **planejamento** e

⁹ Note-se que as noções de integração e produtividade são precisamente as mais destacadas pelos sujeitos quando instados a citar as principais consequências de adoção de formas participativas de gestão numa organização. Como ilustra o Quadro 14 a função de *integração* e de *eficiência* – esta última incorporando a idéia de produtividade – são as que acusaram maior frequência de ocorrência na produção discursiva dos sujeitos, ambas apresentando uma saliência nitidamente superior às demais funções consideradas.

incentivo. Tudo se passa como se no pensamento do senso comum tais complementos não pudessem ser omitidos, ou mantidos implícitos, sob o risco de se ter uma visão excessivamente abstrata da participação. Tal abstração, possível e mesmo necessária em uma análise acadêmica, simplesmente não representaria o objeto de forma suficientemente clara e útil (ou instrumentalizável) no pensamento socializado da comunidade em questão.

Além da composição do *sistema central*, que define o significado básico com que o objeto é representado, importa ainda examinar a relação que os elementos cognitivos centrais (ou mais evidentemente centrais) guardam com os elementos periféricos da representação. Estes provêm a interface entre o núcleo da representação e as práticas sociais cotidianas que relacionam concretamente os sujeitos ao objeto, refletindo assim a influência das experiências grupais e individuais particulares e assegurando a flexibilidade adaptativa que o pensamento social compartilhado em um grupo deve possuir para incorporar o “novo”, a *participação*, no caso.

O *sistema periférico* é constituído por todos os demais elementos da representação, sendo tal composição determinada ao mesmo tempo pelas idéias centrais, absolutas, acerca do objeto e pelas circunstâncias

concretas em que ele se apresenta na vida cotidiana dos sujeitos. Isto quer dizer que, à diferença dos elementos centrais, as cognições periféricas são sempre condicionais, relativas, flexíveis. A metodologia empregada na presente pesquisa se baseia, para delinear essa estrutura da representação em um sistema central e um sistema periférico, na suposição de que os elementos menos freqüentemente e/ou menos prontamente evocados em associação ao objeto “participação” são de natureza periférica, não necessariamente absoluta, condicional. Ressalve-se apenas que, por se tratar de um “mapeamento” de possibilidade tão discutível do ponto de vista teórico mesmo, os resultados empíricos que refletem aquela distinção são forçosamente apenas aproximativos.

Na análise do sistema periférico assim concebido, encontram-se dois elementos – ***descentralização*** e ***democracia*** – que merecem uma atenção especial. Trata-se de cognições que poderiam ser consideradas como da mesma ordem daquelas que se associam tão estreitamente ao par ***integração-produtividade*** que foram tomadas como integrando o núcleo central. Por outro lado, tomadas como periféricas, demonstram entreter com o núcleo central, de modo bastante nítido, aquelas relações mesmas que a teoria propõe.

De fato, *descentralização*, por exemplo, é algo que pode ser mais imediatamente desejado e mais concretamente vivido nas atividades cotidianas dos servidores estaduais do que a maioria das concepções idealizadas do núcleo central, de bem menor visibilidade ou acessibilidade de avaliação¹⁰. Não obstante, é também algo que deriva bastante diretamente das idéias centrais e pode não ter maior significação senão em função de tais idéias; ou, nos termos da teoria, trata-se de um elemento que é organizado pelo núcleo central e dele recebe seu significado pleno.

Parece também razoável supor que *democracia*, devido às múltiplas nuances de sentido que lhe são atribuídas a partir de diferentes experiências individuais e grupais em variados contextos sócio-políticos, não se coloque como uma idéia central na representação da *participação*, mas seja sim modelada conjuntamente pelas cognições absolutas do núcleo central e pelas práticas circunstanciais vigentes na organização.

O par *descentralização-democratização*, pelo qual Motta (*op. cit.*) caracteriza a função positiva da *participação* na dimensão *política*,

¹⁰ A adesão dos servidores à idéia de descentralização pode ser confirmada através do exame do Quadro 15. Como se observa, os graus de participação considerados pelos sujeitos como os mais adequados para garantir resultados positivos para a organização são exatamente aqueles que determinam um maior acesso ao controle das decisões por parte de seus membros.

constitui, por certo, uma importante instância de atualização do processo participativo, mesmo que não se situe ao nível do sistema central da representação. A teoria do núcleo central autoriza sugerir que uma prática gerencial que assegure a manutenção ou o fortalecimento desses elementos terá o efeito de contribuir significativamente para a permanência e garantia de integridade das idéias centrais. De fato, segundo a teoria, qualquer modificação – desejável ou não – da representação passa primeiro por uma alteração do sistema periférico. Dizendo de outra forma, descréditos cumulativos da **democracia** e da prática da **descentralização** podem, a médio prazo, resultar na desintegração da representação, ou seja, em um descrédito completo do processo participativo.

Para prosseguir no exame dos elementos do quadrante superior direito, é interessante observar que **informação** e **respeito** podem se relacionar tanto com a dimensão política quanto com a dimensão psicológica do esquema de Motta, se bem que no caso desta última o autor aponte como função positiva da participação a instância mais elevada – auto-realização – da satisfação individual no trabalho. Estar devidamente informado e ser respeitado no exercício cotidiano das atividades profissionais são, não obstante, exigências básicas para a conquista da auto-realização. E são o que pode ser mais concretamente

experienciado pelos servidores em seu ambiente de trabalho como testemunhando a implantação de fato de um processo participativo. Mais uma vez, parece nítido o papel do núcleo central – em especial, através do conjunto menos abstrato “*grupo-cooperação-compromisso-incentivo*” – na concessão de um significado especificamente organizacional aos elementos *informação e respeito*.

O quadrante inferior esquerdo – em que o dado coletivo da frequência apresenta valores mais baixos, e o dado individualizado da prontidão de evocação, maior ressonância – afigura-se de interpretação menos unificável, como o que se pôde fazer até agora. De fato, mesclam-se aí idéias tão abrangentes (como a contextualização da participação na *sociedade* em seu todo) ou utópicas (em variadas nuances, como em *todos*, *holístico* e no auto-gestionário *fim da hierarquia*), quanto de ordem mais processual (*discussão, política, organização*) e mesmo crítica (*não existe, dificuldade*). Tais resultados se encontram, não obstante, em acordo com a teoria do núcleo central, que reserva o caráter consensual e absoluto da representação para o sistema central, ao mesmo tempo em que prevê uma ampla diversificação dos conteúdos no sistema periférico.

Realmente, uma teoria mais consistente sobre o pensamento social nas sociedades modernas não poderia dar conta plenamente de sua

descrição e de sua explicação se deixasse de abrigar as divergências de posições, a polêmica, o aprofundamento e a superficialidade, as críticas, resistências, oposições e mesmo as interpretações extrapolativas. Não é de outra natureza, afinal de contas, o “ambiente de pensamento” (Moscovici, 1984) em que se desenvolve a vida cotidiana nessas sociedades. Há que notar, entretanto, que, apesar da evidente diversidade, aquelas idéias parecem todas se derivar efetivamente das matrizes consensuais e absolutas do núcleo central, mesmo que em alguns casos a relação seja antagônica.

Perspectivas ainda mais diversificadas, idiossincráticas e relegadas a um segundo plano (por sua ordem de evocação menos imediata) se encontram no quarto quadrante, envolvendo manifestações que, de acordo com a teoria, talvez nem façam mais parte da representação enquanto “teoria mais ou menos articulada do senso comum”, mas constituam tão simplesmente “uma série de opiniões e de imagens relativamente desconexas” (Ibañez, 1988: 34). Encontram-se aí quase que meras sinonímias dos elementos do núcleo central (*gestão, objetivos, competência*), avaliações genericamente positivas, algumas das quais associadas a elementos periféricos mais diretamente organizados pelo núcleo central (*transparência, mudança, dinamismo, idéias, objetividade*), e ainda julgamentos críticos de fácil interpretação (como

engodo) e outros nem tanto (como *utopia* e *conflito*). E, finalmente, o que dizer – decorrência concretamente perceptível da participação ou simples *wishful thinking* – da *melhoria salarial* evocada por dois sujeitos?

Não será certamente sem alguma razão que as funções positivas da participação na dimensão *social* (Motta, *op. cit.*) – distribuição e segurança – tenham sido tão pouco evocadas, se é que chegaram alguma vez a sê-lo claramente, nos depoimentos dos sujeitos. A explicação para essa “importante omissão” (Que aparente paradoxo!) não se encontra fora dos limites da teoria do núcleo central, ainda que esta se ocupe primordialmente das representações que tenham efetivamente chegado a ser formadas. De fato, se *as funções propriamente sociais* da participação não se encontram inequivocamente representadas no pensamento social dos servidores em atividade nas diversas instâncias administrativas do Estado do Rio de Janeiro, a única explicação possível, segundo a teoria, é a de que elas simplesmente estão ausentes das *práticas* da administração participativa estadual.

Conclusivamente, e em termos admitidamente especulativos a partir de resultados amostrais limitados, a aplicação conjunta da teoria do núcleo central e da metodologia de pesquisa por ela estritamente informada permite inferir que:

1. A porção consensualmente compartilhada da representação social do processo participativo por parte dos servidores públicos estaduais privilegia os aspectos propriamente *organizacionais* e manifestamente finalísticos do ponto de vista *econômico*;

2. A dimensão *política* e, em menor grau, a *psicológica* constituem elementos cognitivos periféricos, pelos quais a representação nuclear da participação se relaciona com a vida cotidiana concreta nas diversas “repartições” da Administração do Estado do Rio de Janeiro;

3. As supostas funções positivas da participação na dimensão *social* não se encontram significativamente representadas nas “teorias do senso comum” da comunidade de trabalhadores do Estado, porque os processos participativos aí introduzidos possivelmente não contemplam práticas de “distribuição dos benefícios do trabalho entre aqueles que colaboram na obtenção dos resultados” ou que contribuam para “aumentar a segurança social do emprego”.

Como se pode notar, a representação social da participação mantida pelos servidores públicos é nitidamente marcada pelos impactos positivos decorrentes de sua implantação no ambiente organizacional.

De fato, são irrelevantes os registros de recorrência dos sujeitos a noções associadas a consequência danosas da adoção de formas participativas de gestão, o que pode ser constatado não apenas pela análise das evocações livres como pelo exame das manifestações verbais mais articuladas do servidor.

Os resultados acima descritos parecem um tanto animadores quando cotejados com a literatura gerencial contemporânea, a qual vê na participação um requisito indispensável para fazer frente à complexidade e imprevisibilidade do mundo moderno. Tais resultados sugerem a existência de circunstâncias visivelmente favoráveis no contexto da administração pública do Estado para a implantação de modalidades de gestão que, ampliando o acesso do servidor às esferas de decisão, concorram para a construção de um modelo de Estado onde os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade sejam tomados como referenciais absolutos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, J. C. Les représentations sociales: aspects théorique. **In:** J. C. ABRIC (Ed.) *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994a, 11-35.

_____. L' organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique. **In:** C. GUIMELLI (Ed.) *Structures et transformations des représentations sociales*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1994b, 85-118.

_____. Méthodologie de recueil des representations sociales. **In:** J.C.ABRIC (Ed.). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994c, 59-82.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1991.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DURKHEIM, Emile. Da divisão do trabalho social. **In:** J. A. GIANNOTTI (Org.). *Durkheim*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

_____. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Editora Nacional, 1966.

- _____. As formas elementares da vida religiosa. In: J.A. GIANNOTTI, (Org.). *Durkheim*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.
- FESTINGER, Leon, KATZ, Daniel. *A pesquisa na psicologia social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.
- FLAMENT, Claude. Structure et dynamique des représentations sociales. In: JODELET, D. (Ed.). *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.
- _____. Aspects périphériques des représentations sociales. In: C. GUIMELLI (Ed.) *Structures et transformations des représentations sociales*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1994, 85-118.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A nova ciência das Organizações*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- IBAÑES, T. Representaciones sociales: teoría y método. In: T. IBAÑES (Ed.). *Ideologías de la vida cotidiana*. Barcelona: Sendai, 1988, p. 14-90.
- JODELET, Denise. Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In: S. MOSCOVICI (Ed.). *Psychologie sociale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.
- _____. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: D. JODELET (Ed.). *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.
- MARTINS, Paulo Emílio Matos. *Participação na Gestão: o discurso oficial brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- MOISÉS, José Álvaro. *Cidadania e participação*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

MOLINER, P. Les méthodes de repérage et d'identification du noyau des représentations sociales. In: C. GUIMELLI (Ed.) *Structures et transformations des représentations sociales*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1994, 199-232.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. On social representation. In: J. P. FORGAS (Ed.) *Social cognition, perspectives on everyday understanding*. Londres: Academic Press, 1981.

_____. The phenomenon of social representations. In: R. M. FARR, S. MOSCOVICI (Ed.). *Social representations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____. Des représentations collectives aux représentations sociales. In: D. JODELET (Ed.). *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.

MOTTA, Paulo Roberto. *Gestão Contemporânea*. Rio de Janeiro: Record, 1991.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RODRÍGUEZ, Lorenzo Cachón. Representação Coletiva. In: B. SILVA (Coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

SÁ, Celso Pereira de. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: M. J. SPINK (Org). *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. *Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central*. Tese de Professor Titular. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

SÁ, Celso P., SOUTO, Solange O. & MÖLLER, Renato C. Socialização do saber acadêmico: um estudo sobre a vulgarização do conhecimento científico. Rio de Janeiro: *Psicologia & Práticas Sociais*, v. 1, n. 3, p. 23-49, 1993a.

_____. Socialização do saber acadêmico: um estudo sobre as relações entre as iniciativas de divulgação científica e seus consumidores. Rio de Janeiro: *Psicologia & Práticas Sociais*, v. 1, n. 3, p. 33-45, 1993b.

_____. La représentation sociale de la science chez des consommateurs et des non-consommateurs de la vulgarisation scientifique. Paris: *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, n° 2, 1995 (no prelo).

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SOUZA, Isabel R. O. Gómez de. A estratégia participativa de administração pública. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: FGV, v.21, n. 1, p. 44-53, 1987.

SPINK, Mary Jane. O estudo empírico das representações sociais. In: M. J. SPINK (Org.). *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VALA, Jorge. Representações Sociais – para uma psicologia social do pensamento social. In: J. VALA, M. B. MONTEIRO (Org.). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

VERGÈS, P. L'évocation de l'argent: une méthode pour la définition du noyau central d'une représentation. *Bulletin de Psychologie*, 45 (405), 1992, 203-209.